

# Dorina Nowill e a escada da vida

Regina Fátima Caldeira de Oliveira<sup>1</sup>

Na escada da vida, os degraus devem ser feitos de livros.  
Dorina de Gouvêa Nowill

Na noite cálida do domingo 29 de agosto de 2010, depois de um período relativamente curto de enfermidade, Dorina de Gouvêa Nowill exalou seu último suspiro.

Dona de uma inteligência brilhante, de um dinamismo sem tréguas e, acima de tudo, de um espírito visionário, aquela mulher de 91 anos partia deixando para as pessoas cegas de todo o mundo uma herança incalculável.

Esse legado, construído ao longo de mais de 60 anos de trabalho e dedicação incansáveis, tem sido nosso guia nos momentos de luta, nossa força nos momentos de desânimo e não pode ser esquecido nos momentos de júbilo, como este, em que comemoramos os 160 anos de fundação do Instituto Benjamin Constant (IBC), marco incontestável do pioneirismo do Brasil na educação de crianças e jovens cegos na América Latina.

Nossa proposta de, nestas páginas, resgatar parte do legado da professora Dorina tem como objetivo mostrar que tanto ela como José Alvares de Azevedo (inspirador da criação do IBC), ainda que em épocas e de maneiras diferentes, lutaram por um ideal nobre: a dignidade, a autonomia e a independência das pessoas com deficiência visual.

E por ainda ser o Sistema Braille um recurso imprescindível para a concretização desse ideal, vamos abordar sua trajetória desde a década de 1940 até os nossos dias, período em que é impossível desvinculá-lo da trajetória de Dorina de Gouvêa Nowill.

Filha de pai português e mãe italiana, Dorina nasceu em São Paulo no dia 28 de maio de 1919. Com a ajuda da professora de piano de sua irmã mais velha, foi alfabetizada aos quatro anos de idade e, já em idade bem avançada, dizia lembrar-se perfeitamente da figura que ilustrava o livro no qual aprendera a ler.

Logo depois de completar 17 anos, uma doença não diagnosticada afetou seriamente sua visão e, embora muitos oftalmologistas fossem consultados e diversos tratamentos fossem aplicados, a cegueira total não pôde ser evitada.

<sup>1</sup> Coordenadora de revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos e membro do Conselho Ibero-americano e do Conselho Mundial do Braille.

Apesar da grande perda, procurou seguir sua vida normalmente, buscando instruir-se cada vez mais e distraíndo-se com trabalhos manuais de que tanto gostava e para os quais tinha grande talento. Para isso, a ajuda da família e dos amigos foi inestimável.

Romances, jornais e revistas (em português, francês e italiano) eram lidos em voz alta pela mãe e pela madrinha, e a primeira menção ao Sistema Braille ela ouviu de um dos oftalmologistas que a atenderam. Esse médico, que ela chamava de "tio Chiquinho" por ser tio de uma de suas amigas, contou-lhe que Louis Braille, um jovem cego francês, havia inventado um alfabeto para as pessoas cegas. Apesar de não ter dado importância à informação, contava ela que o nome e o fato haviam ficado gravados em sua memória.

A certeza de que a cegueira era irreversível só chegou por volta de 1939, quando Dorina tinha pouco mais de 20 anos, e a aceitação dessa nova condição de vida foi marcada pelo desejo de aprender a ler e a escrever por meio do sistema mencionado por tio Chiquinho.

A decisão de aprender o braille foi entusiasticamente apoiada por sua madrinha de crisma, d. Carmen Santos Meira de Vasconcelos, que a levou ao Instituto de Cegos Padre Chico, escola especializada na educação de crianças cegas, situada no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Ali, foram recebidas pela irmã Alves, madre superiora responsável pela direção do colégio, que lhes falou sobre as dificuldades para a transcrição de livros em braille, principalmente em consequência da guerra. Contou-lhes que o Instituto tinha alguns livros vindos da Europa e que as cartilhas utilizadas na alfabetização dos alunos eram transcritas com regletes pelos próprios professores. Disse a Dorina que, depois de aprender o braille, ela poderia pegar emprestados livros da biblioteca do IBC, situado no Rio de Janeiro.

Depois, pediu a uma irmã chamada Vicência que orientasse Dorina no aprendizado do Sistema Braille. Muito simpática e dedicada, mas sem dispor de muitos recursos materiais, a jovem freira entregou à aprendiz uma reglete, um punção, papel e um alfabeto braille, orientando-a para que fizesse alguns exercícios em casa.

A grande força de vontade, um dos muitos atributos de Dorina Nowill, permitiu que em pouco tempo ela voltasse ao Instituto Padre Chico para buscar o primeiro livro que leria em braille: *Histoire de ma vie*, de Helen Keller, escrito em francês.

Algum tempo depois, incentivada por uma amiga da família, Dorina retomou seus estudos de piano. Valendo-se do código de musicografia braille, copiava exercícios e partituras ditados pela professora e contava, com orgulho, que chegou a executar peças de Bach, Litz e Chopin.

O tempo passava e, embora ainda alimentasse uma tênue esperança de recuperar a visão, aquela jovem bonita, inteligente e destemida continuava enfrentando os desafios que mudariam sua vida e a vida de milhares de outras pessoas cegas por todos os cantos do Brasil.

Certa vez, enquanto, em companhia da mãe, passava uma temporada em Lin- doia, soube, por intermédio de outro hóspede do hotel, que havia uma edição em braille da revista *Seleções Reader's Digest*. Imediatamente, pediu à mãe que enviasse uma carta aos EUA solicitando a assinatura da publicação. Algum tempo depois, veio a resposta, informando que ela receberia a revista, mas que, para lê-la, precisaria aprender o código de abreviaturas braille em inglês.

Quando o material chegou, ela estava internada em um hospital, recuperando-se de mais uma cirurgia no olho. Enquanto fazia o repouso necessário, dedicou-se a aprender o código de abreviaturas e em pouco tempo já conseguia ler o *Reader's Digest* sem dificuldades.

O grande desafio viria, porém, nos primeiros anos da década de 1940, quando Dorina conheceu Regina Pirajá da Silva, inspetora de alunos da Escola Normal Caetano de Campos, uma das mais tradicionais e conceituadas instituições de ensino do estado de São Paulo. Filha do grande cientista Manuel Pirajá, responsável pela identificação do verme causador da esquistossomose, Regina era uma pessoa muito sensível e logo reconheceu o grande potencial da jovem Dorina, que lhe falou sobre a importância dos livros em braille para a educação das crianças cegas.

A convite da nova amiga, Dorina foi visitar a Escola Caetano de Campos, onde foi apresentada à diretora, a professora Carolina Ribeiro. Impressionada com a inteligência e a desenvoltura daquela moça cega, a professora Carolina perguntou-lhe se ela gostaria de prosseguir seus estudos frequentando aquela Escola Normal. Dorina sabia que aquele seria seu grande desafio, mas não se atemorizou e tornou-se a primeira aluna cega a frequentar um curso regular no Brasil.

Mesmo sendo cega e um pouco mais velha, foi aceita com naturalidade pelas colegas de classe. A nova aluna dedicou-se intensamente aos estudos, tendo as aulas de metodologia, ministradas pela professora Zuleika de Barros Martins Ferreira, como o maior incentivo naquela nova etapa da vida.

No transcorrer do 3º ano do Curso Normal, Dorina integrou um grupo formado por oito alunas, que, com o apoio da professora Zuleika, desenvolveu um método para a educação de crianças cegas. O grupo realizou estágios, elaborou cartilhas e tinha como proposta promover a educação das crianças cegas dentro da própria comunidade.

Ao concluir o curso, Dorina, incentivada pela professora Carolina Ribeiro, procurou o Departamento de Educação do Estado de São Paulo e, apresentando um minucioso relatório sobre a experiência realizada por ela juntamente com suas colegas, solicitou que fosse reconhecido o Curso de Especialização de Professores de Cegos da Escola Normal Caetano de Campos.

## Benjamin Constant

Submetido a uma banca examinadora, o grupo teve seu experimento aprovado, abrindo-se, assim, caminho para a instalação do primeiro Curso de Especialização da América Latina.

Em 1947, quando a Escola Normal onde Dorina estudara transformou-se no Instituto de Educação Caetano de Campos, o Curso de Especialização de Professores foi incorporado aos demais cursos, e esse foi o primeiro passo para a integração de crianças cegas no processo regular de ensino, concretizada em 3 de setembro de 1953 com a assinatura da lei que "instituiu as classes braille e o ensino itinerante" no estado de São Paulo. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estendeu esse direito a todos os alunos com deficiência visual do Brasil.



Figura 1: Muito ativa, Dorina ministra curso de educação especial para professores no Colégio Caetano de Campos em 1947.

Em 1946, quando foi para os EUA, Dorina pôde constatar, com satisfação, que muitas das propostas de seu grupo para a educação de crianças cegas eram semelhantes às que já vinham sendo adotadas com sucesso naquele país.

\* \* \*

Além de preocupar-se com o aspecto educacional, o grupo de jovens professoras liderado por Dorina preocupava-se também com o desenvolvimento cultural das crianças e jovens cegos.

Pouco antes do término da Segunda Grande Guerra, graças aos esforços da professora Carolina Ribeiro e da própria Dorina, a Cruz Vermelha Brasileira, então presidida pela sra. Isabel Gown, cedeu uma sala para que voluntárias aprendessem e treinassem a escrita por meio do Sistema Braille com o objetivo de transcrever livros destinados à formação de uma biblioteca para cegos.

A transcrição era feita por meio das poucas regletes existentes e da chamada "pauta braille", desenvolvida por Regina Pirajá da Silva. A pauta braille constava de uma folha de cartolina totalmente preenchida com celas braille (os seis pontos em relevo que constituem a base do Sistema Braille) que, quando pressionada sobre uma camada de mata-borrão, flanela ou lã, permitia a produção dos caracteres desejados em papel.

Aos poucos, o grupo de voluntários foi aumentando e, na tentativa de solucionar o problema da falta de regletes, Dorina buscou a ajuda do embaixador José Carlos de Macedo Soares (à época, interventor do estado de São Paulo). Ela havia conhecido o diplomata alguns anos antes em uma estação de águas e ele a presenteara com uma máquina de datilografia braille que ganhara na Suíça e que havia sido muito útil para ela enquanto estudava.

Sensibilizado pelo trabalho desenvolvido pelas copistas voluntárias, o embaixador conseguiu que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro colaborasse para a produção das primeiras regletes brasileiras, que, segundo contava Dorina, eram de ótima qualidade.

Em breve, os livros produzidos pelo grupo de copistas voluntárias foram organizados em um espaço cedido por Lenira Fracarolli, diretora da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, que passou a ser frequentado regularmente pelos alunos do Instituto Padre Chico. Posteriormente, o espaço transformou-se na Sala Braille daquela biblioteca, e hoje seu acervo, enriquecido por outros acervos, constitui a Biblioteca Louis Braille do Centro Cultural São Paulo.



Figura 2: Em meados de 1950, Dorina consulta livros em uma biblioteca braille.

Aos poucos, o exemplo da capital paulista foi sendo seguido e atualmente existem espaços acessíveis para pessoas com deficiência visual em praticamente todas as bibliotecas públicas do país.

O trabalho de Dorina e de suas colaboradoras, porém, não conhecia tréguas nem limites. Para ampliar a produção de livros e desenvolver atividades de apoio à educação de crianças e jovens cegos, era necessário criar uma organização que pudesse receber recursos públicos e particulares.

Para realizar esse novo sonho, uma vez mais Dorina contou com a colaboração de sua madrinha, Carmen Santos Meira de Vasconcelos, que a apresentou a Adelaide Reis de Magalhães, uma jovem inteligente e de espírito empreendedor. Depois de aprender o Sistema Braille e trabalhar para a expansão do grupo de copistas voluntárias, Adelaide empenhou-se na criação da organização sonhada por Dorina.

E foi assim que, em 11 de março de 1946, foi registrado em cartório o primeiro estatuto da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, instituída com um fundo de 100 mil cruzeiros doado pela própria Adelaide Reis de Magalhães, a quem coube a primeira presidência da nova organização.

A Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos, tinha como principal objetivo a produção e a distribuição de livros em braille, mas seu estatuto previa o desenvolvimento de outras atividades voltadas à educação e à reabilitação de pessoas com deficiência visual.

O início das atividades da Fundação coincidiu com a ida de Dorina para os EUA, juntamente com Regina Pirajá da Silva e Neith Moura (uma de suas colegas da Escola Normal).

Contava Dorina que, certo dia, enquanto esperava o bonde no largo São Francisco, na volta da escola, havia encontrado a amiga Conchita Carvalho, que lhe entregara um cartão com o nome e o endereço do dr. Robert Irwin, diretor executivo da American Foundation for the Blind, a quem ela solicitara uma bolsa de estudos para Dorina e suas duas amigas. Sem muita esperança de ser atendida, ela escreveu ao dr. Irwin, uma das pessoas cegas de maior influência nos EUA, e, algum tempo depois, recebeu a comunicação de que, caso elas conseguissem o apoio de autoridades brasileiras, a bolsa de estudos seria concedida.

O apoio foi obtido e, em maio de 1946, Dorina, Neith e Regina partiram para a América do Norte, onde tiveram a oportunidade de estudar e estagiar nos mais conceituados institutos e universidades estadunidenses, adquirindo conhecimentos valiosos sobre educação, reabilitação e produção de livros em braille.

Dorina levava consigo uma procuração que lhe permitiu assinar importantes documentos e receber equipamentos de inestimável valor para o desenvolvimento das atividades da Fundação.

As três amigas passaram o Natal de 1946 em companhia da família Irwin, em sua casa de campo situada no estado de Nova Jersey. No dia 25, o dr. Irwin comunicou que elas seriam recebidas na Kellog Foundation, e que ele tinha certeza de que Dorina, com sua desenvoltura e seu poder de persuasão, seria capaz de obter daquela organização a doação dos equipamentos necessários para a instalação de uma imprensa braille em São Paulo.

A previsão do dr. Irwin se concretizou e, alguns dias depois de enfrentar uma árdua entrevista com a diretoria da Kellog Foundation, Dorina recebeu a notícia de que a organização concederia os 10 mil dólares necessários para a instalação da imprensa braille, exigindo-se, porém, uma contrapartida das autoridades brasileiras para a manutenção dos serviços.

Enquanto Dorina e Neith partiam para um curso no Teachers College, na Universidade de Columbia, Regina dirigiu-se a Louisville (Kentucky), onde realizaria o treinamento que lhe permitiria dirigir a imprensa braille da Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

De volta a São Paulo, Dorina iniciou, juntamente com a diretoria da Fundação, as gestões necessárias para a obtenção de um local onde pudesse funcionar a imprensa braille. A sede da Fundação localizava-se na rua da Quitanda, em duas pequenas salas nas quais o espaço era suficiente apenas para abrigar os livros da biblioteca circulante.

Graças à intervenção de d. Pérola Byington, uma mulher sensível, solidária e bastante influente, Dorina chegou até o então governador Adhemar de Barros, que mostrou muito interesse em ajudá-la, mas disse que seria difícil encontrar um espaço adequado para abrigar tais equipamentos.

Em razão da demora nos trâmites de importação, os equipamentos demoraram a chegar e, quando isso aconteceu, foram instalados na rua Prates, No bairro do Bom Retiro, em uma pequena sala situada ao lado do depósito de lixo da Prefeitura de São Paulo. Muitos anos mais tarde, Dorina ainda falava da emoção e da alegria que sentira ao tocar o primeiro livro produzido pela imprensa braille, que ela lembrava chamar-se *Minha pátria*.



Figura 3: Regina Pirajá em máquina para criação de matriz em alumínio com estanho para transcrição braille na Fundação Dorina, em 1946. Na ocasião, a produção das chapas de metal seguia procedimento manual.

Depois de algum tempo, graças à intervenção do prefeito Armando de Arruda Pereira, a imprensa braille foi transferida para a parte baixa do Parque Trianon, o que permitiu a contratação de transcritores e auxiliares para o início efetivo da produção de livros em braille.

Em 1951, com a construção, no Trianon, de um prédio que abrigaria a Bienal de São Paulo, a parte baixa começou a ruir, abalando as instalações da imprensa braille e colocando em risco funcionários e equipamentos. Verificou-se que o que parecia ser colunas de sustentação eram apenas canos de água revestidos de papelão.

Dorina, que recentemente dera à luz seu primeiro filho, logo ao saber do lamentável acontecimento procurou novamente o prefeito Armando de Arruda Pereira, que, sensibilizado, solicitou a seus assessores que fossem em busca de um terreno onde pudesse ser construído um prédio destinado à instalação da sede da Fundação para o Livro do Cego no Brasil e que pudesse também abrigar sua imprensa braille.

Em 1953, foi inaugurado, na Vila Clementino, o prédio no qual funciona até hoje a Fundação e que foi cedido pela Prefeitura no regime de comodato pelo período de 99 anos. Nessa ocasião, também foi assinado um convênio municipal no valor de 1 milhão e 200 mil cruzeiros, o que permitiu a aquisição de outros equipamentos e matéria-prima para a continuidade do trabalho da Fundação.



Instalada em um local adequado e sob a direção competente e dedicada de Regina Pirajá da Silva, a imprensa braille da Fundação expandiu-se rapidamente e, dentro de alguns anos, já produzia livros e revistas que eram lidos em todas as regiões do Brasil e também em outros países da América Latina e em Portugal, além de partituras musicais que foram instrumentos valiosos para a formação e a realização profissional de muitos músicos cegos.

Ao mesmo tempo que realizava seu sonho de tornar-se esposa e mãe, Dorina prosseguia em sua luta incansável pela ampliação dos horizontes das pessoas com deficiência visual.

Em 1953, conseguiu que o governo federal patrocinasse a vinda de Helen Keller ao Brasil a fim de que a brilhante educadora e pensadora proferisse uma série de palestras para a comunidade. Como resultado de uma dessas conferências, realizada para dezenas de empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi criado, junto ao Senai, o Serviço de Colocação de Cegos, que, sob a direção competente do professor Geraldo Sandoval de Andrade, promoveu, durante muitos anos, o emprego de pessoas cegas em diversos setores industriais paulistas. Posteriormente, esse serviço expandiu-se para outros estados da Federação.



Figura 4: Na visita de Helen Keller ao Brasil, em 1953, Dorina foi a seu encontro. Na imagem, Helen toca o rosto da amiga Dorina.

Na década de 1960, Dorina dirigiu a Campanha Nacional para a Educação de Cegos, instituída pelo Ministério da Educação, deixando como marca inesquecível de sua gestão a modernização das escolas especializadas, a capacitação de inúmeros professores que passaram a atuar em salas de recursos e no ensino itinerante e a integração de centenas de alunos com deficiência visual no sistema regular de ensino.

Ao mesmo tempo, o espírito visionário da professora Dorina, aliado à sua capacidade de aglutinar pessoas competentes e dedicadas, levavam a Fundação para o Livro do Cego a expandir suas atividades nas áreas da educação, reabilitação/profissionalização e produção de livros em braille e falados. Os conhecimentos e a experiência dos profissionais da organização foram, inclusive, colocados a serviço de instituições de outros países. Teresinha Rossi (que fora colega de Dorina na Escola Normal Caetano de Campos) promoveu cursos de especialização de professores em Portugal; Joaquim Lima de Moraes ajudou na instalação de oficinas de trabalho para cegos no Chile e no Peru; e Regina Pirajá da Silva colaborou na organização de imprensas braille no Uruguai e também no Chile.

Em 1974, a professora Dorina, já bastante atuante no movimento nacional e internacional de pessoas cegas, comandou um exército de centenas de voluntários que a ajudaram durante a organização e a realização do Congresso Mundial e da V Assembleia Geral do Conselho Mundial para o Bem-estar dos Cegos. Os dois eventos, realizados em São Paulo, contaram com representantes de 63 países, e algumas sessões do Congresso foram assistidas por mais de mil pessoas.

Em 1979, por ocasião da VI Assembleia Geral, realizada na Antuérpia (Bélgica), Dorina foi eleita presidente do Conselho Mundial para o quinquênio 1979-1984. Durante esse período, visitou países de todos os continentes e em muitos deles impulsionou fortemente o atendimento às pessoas com deficiência visual.

Mesmo durante o longo período em que se dedicou intensamente às atividades políticas em instituições nacionais e internacionais de cegos, Dorina jamais deixou de se preocupar com a produção de livros acessíveis para as pessoas com deficiência visual. Sempre que, por ocasião de reuniões e congressos, visitava os países desenvolvidos, procurava conhecer as imprensas braille e os centros de produção de livros falados.

No final da década de 1960, quando, uma vez mais, visitou a imprensa braille de Louisville, verificou que ali toda a produção de livros em braille já estava sendo automatizada.

Voltando ao Brasil, procurou a IBM, responsável pela modernização da imprensa braille norte-americana, e obteve o apoio da empresa para que a informatização começasse a ser implantada na Fundação.

O primeiro computador doado pela IBM era muito grande, e a produção de livros por seu intermédio era bastante dispendiosa, sendo logo abandonada, mas Dorina não desistiu de seu objetivo.

A partir de meados da década de 1980, a Fundação buscou a consultoria de especialistas do Royal National Institute for the Blind (Inglaterra) e, com o apoio de outras organizações internacionais (Organização Nacional de Cegos Espanhóis [Once] e Latin American Zentrum - Alemanha) e de empresas e universidades brasileiras (Escola Politécnica da USP, Banco Itaú, IBM etc.), adquiriu impressoras, computadores e *softwares* de última geração que permitiram que sua imprensa braille se tornasse, já a partir dos anos 1990, uma das mais modernas do mundo.

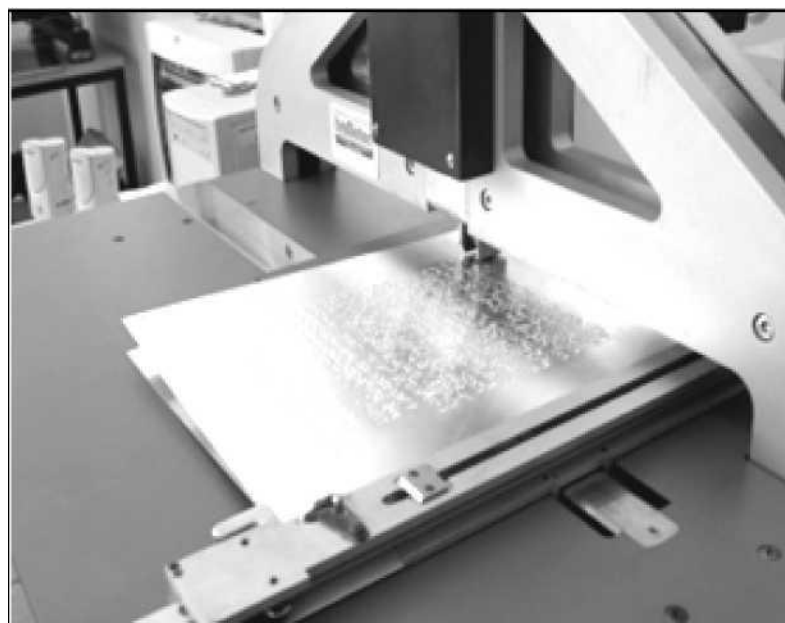


Figura 5: Com os avanços tecnológicos, atualmente uma máquina ligada a um computador faz a impressão das chapas em alumínio que darão origem aos livros.

Em 1991, em uma iniciativa pioneira, a editora Makron Books do Brasil forneceu os disquetes para a produção, em braille, do livro *Introdução à informática*.

Preocupada em oferecer o melhor às pessoas com deficiência visual no Brasil, Dorina esteve sempre atenta às novas tecnologias e aos benefícios proporcionados por elas. Nesse sentido, no início da década de 1970, inaugurou na Fundação um moderno centro de produção de livros falados e uma biblioteca circulante que permitia que pessoas de todo o país pudessem receber esses livros.

Inicialmente, as gravações eram feitas em cassetes de seis pistas, que eram reproduzidas em aparelhos especiais. Mais tarde, passaram a ser feitas em cassetes comerciais e, posteriormente, em CDs. Atualmente, os livros e revistas produzidos pela instituição são disponibilizados em MP3 e continuam circulando entre leitores de todo o país.

## Benjamin Constant

Há cerca de oito anos, a Fundação iniciou a produção de livros digitais, tendo como principal objetivo o atendimento às necessidades de estudantes universitários com deficiência visual. Atualmente, as tecnologias desenvolvidas pela instituição nessa área despertam o interesse e a atenção de diversos países integrantes do Consórcio Daisy.

Já a imprensa braille da Fundação Dorina é hoje a maior da América Latina e uma das maiores do mundo. Além de obras didáticas e literárias, partituras musicais e atlas geográficos, produz livros infantis no formato tinta/braille, destinados a crianças cegas e com baixa visão e que facilitam a interação entre essas crianças e seus familiares, amigos e colegas.



Figura 6: Dorina posa em meio a livros em braille na gráfica da Fundação Dorina, em 2006. Hoje essa gráfica é considerada a maior imprensa braille da América Latina e a terceira maior do mundo em termos de produção.

Quatro anos são passados desde que Dorina deixou de existir fisicamente, mas seus ideais continuam vivos na mente e no coração dos dirigentes e colaboradores da Fundação, que, desde 1991, leva seu nome.

Antes, porém, de fechar este texto, peço licença para um comentário de cunho pessoal. Quero dizer que me sinto uma pessoa privilegiada por ter tido a oportunidade de trabalhar com a professora Dorina! Seu dinamismo, seu entusiasmo e sua visão de futuro eram contagiantes!

Conservou o gosto pela leitura até o final da vida e, para saciá-lo, valia-se do livro falado (em português, em inglês e, quando possível, em francês, espanhol e italiano). Todavia, jamais deixou de utilizar o braille em seu dia a dia. Durante muitos anos, preparei com muito cuidado e carinho as anotações que ela consultava em suas palestras, as receitas dos tapetes que ela bordava magnificamente, a identificação de seus medicamentos, batons, talões de cheque, suas agendas telefônicas, enfim, tudo aquilo que a ajudava a ter mais independência e autonomia.

Ao perceber meu grande interesse pelo Sistema Braille, não poupou esforços para que eu pudesse obter mais e mais conhecimento e experiência nessa área. E se hoje posso escrever estas páginas é, em grande parte, a Louis Braille, a José Alvares de Azevedo e a ela que devo agradecer!



Figura 7: Dorina faleceu em 2010, mesmo ano em que posou para essa fotografia, usada para ilustrar a capa de sua biografia *Dorina Nowill, um relato da luta pela inclusão social dos cegos*, assinada por Luiz Roberto de Sousa Queiroz.

## REFERÊNCIAS

NOWILL, Dorina Gouvêa. *...E eu venci assim mesmo*. São Paulo: Totalidade, 1996.

OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de. Dorina Nowill: una mujer al frente de su tiempo. *Boletim América Latina*, Montevideu: Union Latinoamericana de Ciegos (Ulac), n. 93, set./dez. 2010.

REVISTA CONTATO. Edição comemorativa do bicentenário de Louis Braille. São Paulo: Laramara, set. 2009.